

15 ABR 1982

**cidade***Senado***Comissão do DF****Cidade não  
atrai atenção  
de senadores**

Ana Leyla

Há mais de um ano — ou mais precisamente, há um ano, três meses e 15 dias — nenhum problema cuja solução interessa à população brasileira é motivo de análise por parte da Comissão do Distrito Federal no Senado. Se assunto, ou problema, não falta à cidade e sua periferia, apenas uma pessoa — o presidente da Comissão, senador Lourival Baptista — poderia explicar porque jamais tomou a iniciativa de convocar uma reunião com tal objetivo, uma vez que esta é da competência exclusiva de quem ocupa o cargo. Mas o senador do PDS é uma pessoa muito ocupada e sequer este esclarecimento pôde prestar por duas vezes consecutivas.

Duas reuniões, porém, para análise de projetos de lei pertinentes ao DF foram realizadas este ano. A primeira em março, para discussão do projeto de lei que altera as alíquotas do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos; e a segunda em abril para discussão do projeto de lei que cria o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal. Atualmente, segundo informa a secretária das comissões do Senado, « não há matéria »; ou seja, nenhum projeto de lei a ser discutido pela Comissão do DF. Por isso a sala de reuniões da Comissão continuará vazia às 10 horas das quartas-feiras, ocasião em que seus membros deviam dedicar-se, pelo menos, ao conhecimento da realidade do Distrito Federal.

Onze membros integram a Comissão do DF (seis dos quais do PDS, três do PMDB e dois do PP), que tem na senadora Laélia de Alcântara (PMDB-AC) sua mais nova participante. Ela substitui o falecido senador Adalberto Sena e embora com uma vivência pequena da cidade (veio para cá este ano, mas faz questão de frisar que morou aqui 90 dias do ano passado) acredita « que os problemas de Brasília são os mesmos de outras capitais ».

Ela tem um argumento para explicar que não é necessário uma pessoa viver em determinada cidade para saber de seus problemas: « Eu posso falar como se descobriu o Brasil sem ter vivido naquela época. Além do mais é bom lembrar que Brasília diz respeito a todos os brasileiros, que procuram viver os problemas de sua capital ».

**VOTO NO DF**

Ela se posiciona contrariamente à representação política para Brasília, estabelecendo uma comparação pouco usual: « Aqui é a cidade do presidente, que pode ser considerado o dono-da-casa. Os problemas da população devem ser resolvidos pelo governador, que é uma espécie de mordomo-mor do presidente ».

Sobre um dos problemas da cidade — as invasões — Laélia arrisca uma sugestão: a criação de uma secretaria do bem-estar, que se encarregasse de averiguar os motivos que trazem pessoas de baixa renda para Brasília. Com o auxílio de assistentes sociais, ela acha que se poderia convencer estas pessoas, « usando de uma conversa amena, no sentido de mostrar-lhes que não há nestas favelas um mínimo de higiene, que lhes assegure um padrão digno do ser humano ». Mas ela não acha que se deva forçar o retorno das pessoas ao seu Estado de origem, caso estas queiram aqui permanecer: o governo, no seu entendimento, deveria ajudar estas pessoas a construírem seu baraco em local apropriado.

Neste ponto, inclusive, Laélia de Alcântara acredita que Brasília esta bem servida, pois « a maioria das casas possui água encanada e esgoto, a não ser da Ceilândia para cima ».

Para um outro sério problema da cidade — a escassa oferta e possibilidade de criação de novos empregos — ela não vê outra solução a não ser « reunir uma equipe de sociólogos e engenheiros que pensem em alternativas futuras ». Mas fora isto, acha que « é preciso reunir o povo em praça pública para discutir esta situação, que é seriíssima ». Outra coisa que lembra ser necessária é « a mudança de mentalidade do brasileiro, que tem a mania de se envergonhar de determinadas atividades, todas elas válidas se bem feitas ».